*Viganò Egídio*

ATUALIDADE E FORÇA DO VATICANO II

Atos do Conselho Geral

Ano LXVII – janeiro-março, 1986

N. 316

Introdução — Clima de Pentecostes — Vinte anos de aceleração histórica — O ministério profético de dois Papas — Por que a crise? — Relançamento conciliar — Originalidade “pastoral” — Centralidade do Mistério — Guarda da identidade — Empenho pela santidade — Comunhão e multiformidade — Dádiva aos jovens — Conclusão.

Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1985

Queridos Irmãos,

escrevo no Sínodo Extraordinário dos Bispos. Penso em vós, na nossa Família, nos jovens.

Há, no Sínodo, tantas riquezas para a vida, tantas orienta­ções para a ação e esperanças para o futuro, que não posso deixar de comentá-las convosco para proveito da santificação e do apostolado de todos nós.

Desta vez participei nas assembleias sinodais junto com a Superiora Geral das FM A, madre Marinella Castagno, e alguns irmãos beneméritos: os cardeais Castillo e Obando, os arcebispos Gottardi, Rivera-Damas e Santos, mais um perito colaborador do Secretário especial, Pe. Luís Bogliolo. Éramos oito! Encontramo-nos várias vezes para trocar impressões e avaliações e para partilhar juntos a alegria de traduzir em serviço altamente res­ponsável o grande ideal de amor de nosso pai Dom Bosco para com a Igreja.

Clima de Pentecostes

Os padres sinodais constataram com alegria e gratidão o ar fresco de um clima pentecostal, trazido por uma especial presença do Espírito de Deus. Um clima experimentado com intensidade, íntima satisfação e até maravilha: Bispos de tantas nações, de culturas diversas, de várias cores, provenientes de situações sociais, políticas, pastorais muito diferentes, embora exprimindo problemas e preocupações os mais vários e por vezes quase opostos, juntavam-se admiravelmente nos grandes princípios vitais e nos critérios fundamentais de ação propostos pelo Vaticano II para os novos tempos.

A Igreja não é uma viúva que peregrina na terra em pranto e luto; é a Esposa sempre jovem do Espírito Santo, do qual recebe frescor, alegria, energias para uma fecundidade materna.

A experiência deste clima sinodal valeu para amplificar os horizontes da mente, aguçar o sentido eclesial, melhor individuar as prioridades mais urgentes, abordar os problemas com a sabe­doria de quem tem como horizonte a solicitude da Igreja univer­sal. Tinha-se a impressão de estar a olhar o homem, sua proble­mática, sua história, de um observatório alçado em alturas mais que humanas.

Para quem havia participado do Concílio, o Sínodo foi densa e genuína reatualização da sua dimensão pentecostal, com a mesma perspectiva de advento, com os mesmos esperançosos empenhos, com a idêntica sensação de haver sido lançado numa órbita inédita, com a estimulante finalidade de evangelizar a cultura emergente desta nova época da humanidade.

Alguns dos grandes protagonistas do Concílio, já entrados em anos, intervieram com lucidez e vigor para falar do valor profético do Vaticano II, da sua vitalidade devida à irrupção do Espírito Santo neste resto do século 20. Vitalidade que não se detém no cercado erguido pelos nossos problemas, e que se coloca acima do devir de poucos decênios humanos, para apresentar a Igreja de hoje como um escrínio de milagres, aberto aos horizon­tes do presente e do futuro, e convidar seus filhos a passar do medo e da ansiedade à alegria e à esperança.

Uma das testemunhas do Concílio, o card. Marty, pôde excla­mar com comoção: “na minha velhice confio aos mais jovens o tesouro do Vaticano II”!

Também o Santo Padre lembrou que foi graça extraordinária de Deus haver participado no Concílio, graça que comprometeu os participantes a assumir um empenho sagrado: dedicar a pró­pria vida a torná-lo conhecido e traduzido em prática.

Fiquei a pensar que seu pontificado se caracteriza precisa­mente por essa grande tarefa, infelizmente nem sempre bem compreendida.

Vinte anos de aceleração histórica

O Sínodo foi convocado por ocasião dos 20 anos do encerra­mento do Concílio Vaticano II. Hoje, vinte anos é muito. Afirma-se que, em tempos de tamanha aceleração, a cada cinco ou dez anos se muda de século. Portanto, a problemática humana mudou muito desde os tempos do Concílio. Apareceram novos sinais dos tempos. Segundo alguém, nos encontraríamos já “em outro lugar”, talvez à espera de um ... Vaticano III.

Nesse “outro lugar”, depois de vinte anos, há uma parte de verdade. Novos problemas, novos progressos, amadurecimento e desenvolvimento de valores então apenas seminais, óticas eclesiais diferentes, conquistas científicas. Mas há, infelizmente, superfi­cialidade também: a de considerar um evento pentecostal em pé de igualdade com o devir humano. Falta a visão histórica do que representa nos séculos um Concílio Ecuménico; esquece-se a consideração específica do aspecto escatológico da Igreja reunida em Concílio; não se faz a análise do “salto para a frente” dado pelo Vaticano II: não foi apenas o acontecimento conjuntural de um quinquênio; foi, ao invés, o corajoso lançamento da Igreja numa órbita nova órbita com imensas distâncias por percorrer, projetada precisamente para acompanhar e iluminar o atual devir do homem.

O Espírito Santo, gênio criador e fonte inexaurível da juven­tude da Igreja, não lança sementes ao solo para deixá-las perecer; cuida delas, fá-las crescer até à plenitude. Tratando-se de um Concílio, somente depois de numerosos decênios, e não depois de apenas dois, é que se poderá perceber e avaliar quanto Deus doou ao mundo com o Vaticano II!

No Sínodo ficou claro que os Pastores estão unanimemente convencidos da plena atualidade do Vaticano II, sem excluir que nele houve limite humano e quanta coisa nova se impôs posteriormente à reflexão pastoral. Depois de 20 anos, o aspecto “pentecostal” do Vaticano II está plenamente vivo e mostra-se como evento salvífico ainda em estado de germe, voltado para promissor crescimento.

O Sínodo pede a toda a Igreja que o conheça melhor, que o estude de maneira orgânica, que entre em sintonia com seu espírito.

O ministério profético de dois Papas

Neste sentido é bom lembrar os dois grandes Papas que o realizaram: João XXIII, que quis e iniciou o Concílio, e Paulo VI que o levou ao termo, promovendo depois sua aplicação prática.

O espírito pastoral do Papa João brilha na famosa alocução introdutiva de 11 de outubro de 1962, onde põe em relevo a urgên­cia de dar um “salto para a frente” na maneira de tornar presente e incisivo o patrimônio da fé numa época de virada.

O discernimento agudo de Paulo VI ficou gravado na memo­rável alocução conclusiva de 7 de dezembro de 1965 sobre a virada “humanista” do Concílio: a Igreja voltou-se — não se desviou — para o homem, em cujo rosto se deve ver o de Cristo, Filho do Pai e Filho do Homem; um humanismo autenticamente teocêntrico, de modo, porém, “a poder enunciar que para conhecer a Deus é preciso conhecer o Homem”.

Esta órbita do Papa João e de Paulo VI, que expressa o movimento renovador de todo o Concílio, é a que hoje a Igreja percorre e percorrerá amanhã também.

Seria, pois, sair fora da órbita querer situar-se “em outra parte”, com pouca visão eclesial. Pode-se dizer que os dois grandes Papas do Vaticano II concentram no próprio nome a benemerên­cia conciliar que os caracteriza: o nome “João” lembra a geniali­dade do amor pastoral; o nome “Paulo”, a acuidade da reflexão sobre a verdade salvífica e a intrepidez em proclamá-la.

O mérito de ambos é interpretado e continuado com fidelidade e vigor pelo seu atual sucessor, que quis reunir expressivamente em seu nome programático de “João Paulo” (composto com bela intuição pelo Papa Luciani) as características complementares dos dois grandes artífices e guias do Concílio.

Temos um Sucessor de Pedro que nos guia na órbita justa, traçada por aquilo que o Espírito disse às Igrejas.

Por que a crise?

As avaliações desses vinte anos puseram em evidência muitos aspectos positivos de crescimento na Igreja. São conhecidos e não me ponho aqui a desfiá-los. Vivemos deles uma experiência progressiva nos Capítulos Gerais, que nos levaram à reelaboração da nossa Regra de vida.

Tive a oportunidade de fazer uma intervenção no Sínodo, em nome da União dos Superiores Gerais, a fim de mostrar que consideramos mais significativo o total dos aspectos positivos do que o dos negativos, ainda que sentindo hoje o grave peso de não poucos elementos problemáticos.[[1]](#footnote-1)

Parece-me útil, todavia, para um discernimento que leve à conversão, apresentar à vossa reflexão alguns pontos negativos, lembrados pelas Conferências Episcopais dos cinco continentes.

Apresentou-se na aula uma panorâmica intimamente vincula­da com as vicissitudes socioculturais dos vários países. Duas observações de fundo que se deve ter em conta, sobre as quais concordaram unanimemente os Sinodais, são: primeiro, que os graves problemas pós-conciliares vividos pela Igreja nestes 20 anos não derivam do Concílio, mas constituem prova de que ele foi tempestivo e indispensável; segundo, que a crise experimentada não é um crepúsculo da Igreja e da sua missão (mesmo que se desse o ocaso da civilização ocidental), mas, ao contrário, é a aurora de renovado começo histórico.

A enumeração das dificuldades, contratempos, ambiguidades, desvios, perigos e problemas surgidos nestes anos serviram no Sínodo para formular de maneira mais realista propósitos de empenho.

Escolho alguns desses pontos, que podem sugerir também a nós um bom exame de consciência.

* O conhecimento superficial do Vaticano II prejudicou sua aplicação: uma leitura muito “jornalística” dos seus documentos, seu uso setorial e redutivo, a abordagem subjetivista para adaptar os textos à própria mentalidade, com uma pré-compreensão (pro­gressista ou integrista) que lhe manipulou o sentido genuíno e objetivo. No fundo: uma subtil carência de conversão da própria mentalidade à exata visão renovadora do Concílio.

Certas atitudes de suficiência racionalista em várias pes­soas influentes, que, entretanto, olharam com simpatia o Vaticano II, ofuscaram-lhe os valores. Pode-se perceber tais atitudes em dois níveis. O primeiro prescinde da “Fé” na leitura do devir humano, identificando na prática a Revelação com os sinais dos tempos, esquecendo o aspecto de mistério e de sacramento da Igreja. O segundo prescinde do Magistério da Igreja e da sua Tradição na leitura da Palavra de Deus, não considerando o vínculo íntimo e indissolúvel que existe entre Revelação, Tradição e Magistério. Tais atitudes acarretaram graves perigos para o Povo de Deus com imposições ideológicas e interpretações arbitrárias.

* O complexo de inferioridade perante o processo de secularização abriu as portas ao secularismo. Os valores da secularização foram percebidos e julgados com a ótica de quem quer mostrar-se “na moda”; a pouco e pouco falsificou-se sua autenti­cidade e chegou-se a perigoso esmagamento da fé e da moral. Houve obtusidade espiritual, falta de coragem ao discernir a urgência de uma contestação evangélica. Viu-se desta sorte agigantar-se assustadora decadência da moral cristã; a sofreguidão de estar na moda mais do que de testemunhar a verdade; e a perda de identidade das vocações específicas e de seus papéis: padre, consagrado, leigo.
* O esquecimento da vocação fundamental de todos à san­tidade fez enfraquecer a consciência da sua indispensabilidade. No mistério da encarnação Deus ensinou que o verdadeiro amor é inseparável da *“kénosi”* (ou seja, do esvaziamento de si). Além disso, proclamou com sua Páscoa que sem Cruz não há vitória sobre o mal. Também nestes vinte anos, através das vicissitudes da presença da Igreja no mundo, fez-se sentir, visivelmente e em muitas nações, que a missão redentora é inseparável da perse­guição e do sofrimento. É necessário repensar a santidade como meta de toda pastoral; meta que não se pode atingir sem uma concreta metodologia ascética e um Calvário.
* A perda do sentido do sagrado e da densidade teologal da liturgia incidiu negativamente sobre a verdadeira dimensão “sacramental” da Igreja. Esse grave defeito moveu-se em duas direções. A primeira é a de um obscurecimento da expressividade e da dignidade artística dos símbolos, pois banalizaram-se as celebrações, os sinais, as vestes, a música, os textos, manipulou-se a delicada natureza do sagrado feita para abrir o espírito à trans­cendência e para participar vitalmente nos eventos salvíficos de Jesus Cristo. Tanta arbitrariedade comprometeu o aspecto público e oficial da liturgia como ação de toda a Igreja.
* Outra direção insuficiente foi a de dedicar atenção quase exclusiva à renovação externa do aspecto simbólico, à introdução de novos sinais, à justa solicitude para mais objetiva inculturação litúrgica, ao melhoramento dos componentes rituais, como se tudo consistisse apenas nisso. Nem sempre se deu, lamentavel­mente, a indispensável prioridade ao aspecto de introdução ao mistério (= mistagogia), próprio da liturgia, ao seu sentido de adoração, à reatualização do sacrifício da cruz, à unicidade do sacerdócio de Cristo que, ressuscitado, está presente na celebra­ção mediante homens, ritos e coisas e realiza pessoalmente, agora, a verdadeira mediação entre Deus e o homem. Tudo isso traz o grave perigo de marginalizar o mistério, de apresentar uma Igreja esvaziada de Cristo, de reduzir a Eucaristia a um banquete sim­bólico de simples fraternidade humana.

Mesmo considerando apenas esses aspectos negativos, sentimo-nos chamados a voltar ao Vaticano II com maior atenção e fidelidade, olhando seus conteúdos como luz profética, dada à Igreja precisamente para esta hora, que será longa, de transfor­mação. Para reagir positivamente às infelizes vicissitudes dessa última vintena de anos, o Sínodo convida a desempoeirar os documentos conciliares e a relê-los na organicidade de seu significado global.

Relançamento conciliar

O trabalho sinodal desenvolveu-se em três momentos comple­mentares: memória do evento conciliar; avaliação dos elementos positivos e negativos experimentados nestes vinte anos; propósito bem definido e magnânimo de relançar um conhecimento mais operativo dos conteúdos conciliares. Os Bispos propõem-nos novas metas a serem atingidas como ulterior e crescente realiza­ção do Concílio.

Depois destes vinte anos, abre-se uma estação mais tempe­rada e mais favorável. A promulgação do novo Código de Direito Canônico está a indicar também melhor clareza e orientações práticas mais concretas.

O Código garante uma sabedoria metodológica; exige certa Disciplina (com maiúscula, para não lhe falsear o alto significado pastoral); revolve a preceituação canônica antecedente; apresenta-se como guia normativo, impregnado da eclesiologia do Vaticano II.

O relançamento operativo do Concílio exige, porém, uma condição prévia: o estudo dos textos, com assimilação profunda do espírito do Concílio. O estudo dos documentos deve ser orgâ­nico e não setorial; deve fundar-se sobre os princípios funda­mentais das quatro Constituições; e é indispensável que não separe nunca a “letra” do “espírito”.

O “espírito” do Concílio é mais amplo e mais incisivo que o significado material dos textos; mas não é interpretação arbitrá­ria, nem visão subjetiva futurista. Ele se encontra numa orientação global, numa sensibilidade pastoral que procede objetivamente dos vários componentes (também para lá dos textos) próprios do evento conciliar; deve, entretanto, encontrar-se na mesma letra dos documentos. De modo que se deverá afirmar também que não se pode falar de “espírito” sem uma sua confirmação na “letra”. Como disse o card. Daneels: “as afirmações da letra dos textos devem ser lidas no espírito do Concílio; mas este espírito não se percebe sem a leitura atenta das palavras dos textos. Ou seja: nem interpretação meramente legalista, nem seu apelo vago a um espírito que se lhe sobrepusesse para confundir o genuíno significado”.

O Sínodo fez votos para que a Sé Apostólica diligencie por que se faça, para uso de todas as Igrejas particulares, um “compêndio de formulações sintéticas da doutrina católica” (acer­ca da fé e da moral), que sirva de base a todos os catecismos dos fiéis. Recomendou insistentemente que se cuidasse da formação intelectual dos candidatos aos ministérios para que formem uma mentalidade doutrinal em explícita sintonia com os princípios conciliares. Insistiu sobre a responsabilidade dos bispos como mestres autênticos da fé. Lembrou aos teólogos a tarefa de apro­fundar e de expor a doutrina “da Igreja” e não teorias que lhe enfraquecem o patrimônio ou prescindem da função magisterial. Lembrou a todos que no próprio Concílio testemunhou-se admi­rável comunhão entre todos os seus membros (Padres de diferen­tes mentalidades e peritos de várias escolas teológicas), fazendo convergir a liberdade para a unidade e fazendo exprimir a uni­dade numa legítima multiformidade.

Lembrou-se ainda no Sínodo, citando a famosa expressão de um filósofo, que como Deus não criou o melhor mundo possível, assim não se deve pensar que o Vaticano II seja o melhor Con­cílio e tenha previsto os sinais dos tempos que depois haveriam de surgir. É claro e pacífico que teve limites de natureza vária. O que o Sínodo entendeu afirmar é que mesmo as novidades que apareceram nos anos sucessivos encontram no Concílio uma criteriologia evangélica de discernimento, que ainda hoje conserva sua oportunidade profética e permanece plenamente atual. Trata-se da sua ótica pastoral, expressão de sabedoria nesta virada de época.

Originalidade “pastoral”

O Vaticano II restituiu à dimensão “pastoral” do magistério da Igreja, “cujo caráter — disse o Papa João — é proeminente­mente pastoral”, profundidade, vigorosa originalidade, realismo no diálogo histórico, procura de interdisciplinaridade e preocupa­ção com a capacidade metodológica.

Repetiu-se várias vezes no Sínodo a importância deste aspecto no papel do magistério e na apresentação da doutrina da fé.

Esse insistente destaque veio sacudir um modo muito está­tico e abstrato de considerar as verdades da fé, e provocou um salto de qualidade nos esforços teológicos, talvez com alguns exageros perigosos, excessivos ou redutivos, mas orientados para dar maior relevo ao caráter salvífico da verdade revelada.

A “*Gaudium et Spes*” é chamada “Constituição pastoral”, porque “com base em princípios doutrinais quer expor a atitude da Igreja em relação ao mundo e aos homens de hoje”.[[2]](#footnote-2) Não é somente o texto desta Constituição, mas todo o Concílio que descobre a originalidade do caráter pastoral. Releiamos as claras afirmações do Papa João, ao definir o escopo do Vaticano II: “Nosso dever não é somente guardar o tesouro precioso (da doutrina católica), como se nos preocupássemos unicamente com a antiguidade, mas dedicar-nos com ágil vontade e sem medo à obra que nossa idade exige: [...] o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro, espera um salto para a frente com vistas a uma penetração doutrinal e uma formação das consciên­cias; é necessário que esta doutrina, certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e apresentada de modo que corresponda às exigências do nosso tempo. Uma coisa é o depósito da fé, outra a forma com que suas verdades são enunciadas, conservando sempre nelas o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência na sua elaboração”.[[3]](#footnote-3)

Há aqui uma visão muito corajosa para uma renovação concreta e delicada.

Não se insinua um dissídio ou uma diferença de nível entre “doutrina” e “pastoral”, como se uma tendesse a excluir a outra; afirma-se, antes, uma mútua interação e complementaridade, pela qual a doutrina deve apresentar-se como verdade salvífica atual, e a pastoral como uma aproximação do mundo e como um diálogo com o homem: diálogo que não seja superficial ou sentimental, mas denso de doutrina e força dogmática. A originalidade pasto­ral proclamada pelo Concílio não só não prescinde do dogma, mas lhe exprime o verdadeiro significado, confirmando sua indispen­sabilidade e incidência na vida. Com efeito, o dogma, precisa­mente por ser a verdade de um evento salvífico, deve ser com­preendido e amado também pelo homem de hoje: é um dom de Deus justamente para ele. Uma doutrina desenvolvida sem perspectiva pastoral atraiçoaria a sua natureza de verdade feita para o homem e necessária para a sua salvação.

Por outro lado, a pastoral autêntica não muda o dogma, e menos ainda prescinde dele, mas se nutre continuamente dele, contempla-o, assimila-o, fá-lo rejuvenescer. No fundo, o Vaticano II quis justamente isto: percorrer de novo o depósito doutrinal da Igreja para repensar pastoralmente as verdades salvíficas nesta mudança cultural necessitada de nova evangelização.

Tal originalidade torna particularmente atual todo o Concí­lio. Não o apresenta apenas como definidor da ortodoxia, mas como extraordinária proposta dialógica e profética. É o grande dom do Espírito Santo ao nosso século, apresenta a doutrina da fé de forma nova e mais útil ao mundo em evolução: repropõe a integridade do depósito católico, revestindo-o com acentos de novidade muito incisivos; não define esta ou aquela verdade, mas procura o modo de apresentar ao homem de hoje a totalidade do patrimônio da fé. Não se encontra no Concílio nenhuma nova definição dogmática nem condenação de novo erro.

Como disse com acuidade o card. Garrone, o Concílio fez emergir a mais genuína característica da fé cristã, a de apresentar-se com um constante caráter de novidade: *“nihil novi et omnia nova”* (tudo é novidade, embora não haja no Concílio uma definição nova)!

Eis a grande renovação proclamada pelo caráter “pastoral” do Vaticano II.

Esse aspecto traz para nós importantes consequências. A nossa é uma vocação toda impregnada da caridade pastoral, que nos faz evangelizadores dos jovens na área da educação.

A educação faz parte do vasto mundo da cultura, onde, infe­lizmente, se nota hoje grave ruptura e separação do Evangelho. Já de si mesma, a educação exige, não poucas qualificações peda­gógicas, constante e inteligente atenção à evolução cultural. Mas se se quiser educar evangelizando, ou seja, fazendo realmente “pastoral”, é preciso assumir também as múltiplas exigências de uma evangelização “nova”. Pois tais exigências são apontadas pelo Vaticano II, que deseja uma pastoral feita de precisão na fé, segurança e fidelidade na doutrina, percepção da atualidade, sentido dialógico e genialidade na comunicação.

Centralidade do “Mistério”

A primeira e mais profunda preocupação do Sínodo foi a de dar prioridade absoluta à visão conciliar da Igreja como “mistério”.

Em vinte anos, prosperaram algumas interpretações ideologizantes e algumas atitudes superficiais e da moda que — de um modo ou de outro — pretenderam antepor-se à natureza genuína e à missão histórica da Igreja como Povo de Deus. Ouviram-se no Sínodo vários testemunhos de regiões mais atingidas pela secularização, de continentes onde ferve o processo de libertação e de regiões mais sensíveis à inculturação.

Considerou-se perigo realmente grave apresentar a Igreja como esvaziada do mistério de Cristo, centro vivo no qual brilha e do qual se efunde a plenitude do amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Cristo é a verdadeira luz dos povos *(“Lumen gentium”*!); sua Páscoa está no centro da liturgia celebrada pela Igreja peregrina na história para crescer como seu Corpo: sua encarnação junta de maneira íntima e definitiva o divino e o humano.

Todavia, a prioridade do mistério, tão fortemente reafirmada, não levou o Sínodo a privilegiar uma transcendência vertical com prejuízo da linha conciliar que celebra a presença e o serviço da Igreja no mundo. Ao contrário! Justamente a consideração apro­fundada do mistério de Cristo exige ainda mais clara e generosa solicitude da Igreja pelo homem, suas necessidades, dificuldades, opressões, anseios. Mas o mistério exige um tipo de presença e uma modalidade de missão que não se pode confundir com projetos históricos dos pensadores ou dos políticos, nem se propõe como alternativa imanente a nenhuma atividade e profissão humana (nem cultural, nem econômica, nem política). Não se trata de uma missão simplesmente temporal, com perspectiva apenas horizontal; trata-se, ao invés, de muito original inserção “pastoral”, que é iniciativa do amor de Deus para a salvação integral do homem.

Quanto mais a Igreja se preocupa com o homem, tanto mais deve fazê-lo segundo a missão peculiar que deriva da sua caridade pastoral.

Voltar-se decididamente para o homem traz consigo os pro­blemas complexos da encarnação, que poderiam facilmente intro­duzir desvios. De aí a indispensável e quotidiana custódia que os fiéis devem ter da identidade pastoral estreitamente cônsona com uma ação da Igreja.

Guarda da identidade

Para garantir essa verificação e crescer constantemente nela, é indispensável haurir continuamente nas fontes do mistério. Essas fontes são duas: a Palavra de Deus e a Liturgia.

Aí está, pois, a importância de ouvir assiduamente, antes do mais, a Palavra de Deus, segundo as indicações conciliares da “Dei Verbum” sobre a revelação divina e sua transmissão nos séculos. Deve-se “a obediência da fé”[[4]](#footnote-4) a esta Palavra.

É o caso de recordar aqui a importância fundamental da Tradição e o papel indispensável do Magistério, dado de presente por Cristo à sua Igreja, para garantir-lhe autenticidade na inter­pretação: não acima da Palavra, mas a seu serviço. “Fica, por­tanto, claro — diz o Concílio — que, segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magis­tério da Igreja estão de tal maneira entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas”.[[5]](#footnote-5)

Quanto à Liturgia, é preciso dizer que sua expressão suprema é a Eucaristia. Ela gera todos os dias a Igreja como Corpo de Cristo na história. Ela é a fonte inexaurível de uma caridade pastoral autêntica.

Além disso, o sacramento da Penitência representa o cons­tante esforço de retificação e conversão. Não é possível conservar e crescer na identidade cristã e realizar atividades genuinamente pastorais no mundo sem distorções temporais, se não se fizer constante confronto com Cristo, com participação pessoal no sacramento da conversão e da reconciliação.

Se não haurimos constantemente nas fontes da Palavra de Deus e da Liturgia, enfraquece-se e abala-se muito facilmente a originalidade própria da missão da Igreja.

O Sínodo colocou precisamente esse título na sua “Mensa­gem” e no seu “Relatório final”: “A Igreja, sob a guia da Palavra de Deus e com a celebração dos mistérios de Cristo, insere-se no mundo para salvá-lo”.

Empenho pela santidade

A importância dada pelo Sínodo ao “mistério” da Igreja traz consigo uma consideração mais atenta da natureza “sacramental” da Igreja: o mistério torna-se sacramento no Povo de Deus, em cada um de nós. É necessário exprimir existencialmente, em nossa vida e no dia-a-dia, as riquezas do amor-caridade trazido ao mundo por Cristo. As celebrações dos sete sacramentos e de toda a liturgia devem transformar-nos em “Sacramento de salva­ção” entre os homens. O que é Cristo para o mundo, devem sê-lo todos os seus discípulos na própria vida de cada dia.

Eis por que o Sínodo lançou com extrema urgência um forte apelo à santidade: o mistério deve fazer-se sacramento na santi­dade dos cristãos. Urge recuperar o conceito de “santidade”, fazendo-o entrar no devir quotidiano; é preciso esclarecer o significado concreto do Batismo como vocação de todos à santi­dade;[[6]](#footnote-6) mais do que heroica “exceção”, a santidade deve ser con­siderada como expressão de “normalidade” cristã.

A aplicação do Vaticano II exige com veemência nestes anos um genuíno empenho pela santidade; o mundo tem necessidade de testemunhos sobre a presença salvífica de Deus; a insubstituibilidade do sagrado, a centralidade da adoração e da dimensão contemplativa, a necessidade da oração, a importância da conver­são e penitência, os valores da doação de si no sacrifício, os ideais de caridade e justiça, a transcendência divina nos próprios empenhos humanos, sobre a inseparabilidade do mistério da cruz do da criação e da encarnação.

Este ardente apelo a uma santidade no dia-a-dia que é voca­ção e tarefa de todos os fiéis, tem necessidade de modelos: os clássicos de ontem e os vivos de hoje.

As figuras de Maria, dos Apóstolos, dos Mártires, das Virgens e dos Confessores nos diferentes estados de vida, devem ser relidas como modelos de conduta hoje. Em tempos difíceis, em horas de transformação e tendo em vista o futuro que cons­truir, melhor condiz com os cristãos o saber testemunhar uma santidade para os tempos novos do que imergir nos entusiasmos caducos de modas temporais.

O Sínodo sublinha de modo particular o papel que, a respeito, compete com urgência aos membros dos Institutos de vida consagrada. Todo o Povo de Deus espera perceber que eles, com clareza e sem nivelamentos secularistas, testemunham “de modo esplêndido e singular que o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças”.[[7]](#footnote-7)

Devemos acatar, queridos irmãos, esse apelo do Sínodo, lembrando que a proclamação das bem-aventuranças é “missão especial dos Religiosos na Igreja de hoje”, como um convite a testemunhar publicamente (sem paliativos) e com coragem (sem complexos) o projeto evangélico que professamos na qualidade de Salesianos de Dom Bosco.

Sabemos já com clareza e certeza o que a Igreja quer de nós hoje.

O Espírito de Deus, que presenteou nossos tempos com o dom precioso do Concílio e nos visitou e acompanhou no intenso trabalho dos últimos três Capítulos Gerais, nos pede, mediante este Sínodo Extraordinário, que nos dediquemos com todas as forças a viver quotidianamente o que prometemos. Leiamos novamente com atenção a circular sobre “Dom Bosco Santo”, escrita para lembrar o 50º aniversário da sua canonização.[[8]](#footnote-8) A leitura nos fará bem.

A Igreja indica decididamente esta rota para que a sigamos: não temos outro caminho ou outra órbita que percorrer.

Estou intimamente convencido de que só se nos dedicarmos com sinceridade e constância a tal empenho terá ainda um sen­tido atual o carisma de Dom Bosco para os jovens. Durante o Sínodo pensei muitas vezes que somente dentro dessa lealdade eclesial é que se abrirão horizontes verdadeiros e fecundos para nossa vocação.

Comunhão e multiformidade

Ao aprofundar o mistério da Igreja, o Sínodo atribuiu impor­tância central e fundamental à realidade da “comunhão”. Um tema derivado do mistério trinitário e da doutrina eclesial do Corpo místico de Cristo. Ainda que a comunhão tenha aspectos institucionais e critérios humanos para sua organização, não cabe primariamente à sociologia, mas propriamente à teologia indicar-lhe os vários conteúdos e determinar-lhes as exatas consequên­cias. Nessa linha aprofundou-se a modalidade peculiar e atípica da colegialidade na Igreja, a sua projeção sobre as Conferências episcopais, sobre os critérios de participação, corresponsabilidade, descentralização e subsidiariedade. Ao confrontar mutuamente a Igreja universal com as Igrejas particulares, individuou-se com clareza o princípio teológico da variedade e multiformidade na comunhão da única Igreja de Cristo, sem condescender com os perigos de um pluralismo dissolvente.

É útil sublinhar esse aspecto, porque ele se reflete, ainda que de forma parcial e analógica, na vida decentralizada e multi­forme da nossa Congregação já presente nas diversas culturas dos vários continentes.

A ótica para considerar as relações das Igrejas particulares com a Igreja universal parte da unidade do mistério presente na

Igreja Católica: um só Cristo, um só Espírito, um só Batismo, uma só Eucaristia, um só Colégio episcopal em comunhão hierár­quica com o Papa. Essa unidade, porém, é vivida na multiformi­dade dos carismas, na diversidade dos ministérios, na multipli­cidade das pessoas, na variedade dos lugares onde as comunidades celebram a liturgia, nas diferenças pastorais com que os Bispos guiam tantas comunidades de culturas várias.

A medida da autenticidade de uma Igreja particular é tomada dos valores de unidade próprios da Igreja universal: “a Igreja una e universal está verdadeiramente presente em todas as Igre­jas particulares — diz o texto sinodal —, e elas são formadas à imagem da Igreja universal, de tal modo que a Igreja Católica, una e única, existe nas Igrejas particulares e a partir delas”.[[9]](#footnote-9)

A multiformidade eclesial, que demonstra vitalidade e riqueza, é construída sobre os valores de unidade e de unicidade próprios do mistério de Cristo presente na Igreja Católica, fundada sobre o ministério de Pedro e dos Apóstolos.

O pluralismo, ao invés, parte de uma ótica reversa (ou seja, do particular para o universal) e traz consigo o perigo de distor­ções, separações, provincialismos, nacionalismos até chegar ao cisma. A ótica centrífuga do pluralismo erige as diferenças culturais em parâmetro de juízo para adaptar os valores da unidade presentes na Igreja universal, mudando-os até em seus conteúdos.

Quando se fala de indispensável processo de “inculturação”, deve-se excluir tanto uma simples adequação ao mundo como se seus sinais dos tempos coincidissem com a Revelação, quanto um fechamento defensivo como se o depósito da fé se identificasse com a forma cultural com que foi expresso até agora. A pastoral da Igreja procura sempre uma comunhão viva e fiel, permane­cendo aberta a todos os valores humanos, de modo a assumi-los e defendê-los em cada nação.

Na comunhão eclesial, as diferenças ministeriais e carismá­ticas não indicam maior ou menor grau de dignidade, mas uma particular e exigente função de serviço e testemunho; e as dife­renças de forma e de ritos reforçam e embelezam a unidade com a variedade e as múltiplas contribuições das culturas humanas entendidas como reunião harmoniosa dos povos na única Família de Deus.

O grande desafio atual para a inculturação da fé, nesta virada da humanidade, é saber penetrar os núcleos vitais das culturas, partindo da unidade do Evangelho, e levando em consideração os dinamismos de aceleração da história: “nasce daí, imenso, um complexo novo de problemas que provoca novas análises e sínteses”.[[10]](#footnote-10)

É mais urgente do que nunca a inventividade pastoral de uma “nova evangelização”, capaz de superar as crescentes distâncias entre as civilizações humanas e a fé cristã, impregnando de Evangelho todas as culturas, sem submeter-se a uma delas.[[11]](#footnote-11)

À luz destes critérios conciliares lembrados no Sínodo, pode­mos compreender e realizar melhor quanto nos dizem as Consti­tuições: “O carisma do Fundador é princípio de unidade da Congregação e, por sua fecundidade, está na origem das maneiras diversas de viver a única vocação salesiana. A formação, portanto, é ao mesmo tempo unitária nos conteúdos essenciais e diversifi­cada nas expressões concretas. Acolhe e desenvolve tudo o que as várias culturas contêm de verdadeiro, nobre e justo”.[[12]](#footnote-12)

Dádiva aos jovens

Os jovens estiveram acentuadamente presentes no Sínodo, não só pelo interesse e pelas longas e comoventes vigílias de oração que fizeram para o bom êxito deste evento eclesial, mas também porque os sinodais e o próprio Santo Padre referiram-se a eles como aos melhores portadores da graça do Vaticano II para o terceiro milênio.

O cardeal Eduardo Pironio quis sublinhar, na sua intervenção no plenário, a feliz coincidência do desenvolvimento do Sínodo com o “ano internacional da juventude”. O Sínodo devia, por isso, olhar os jovens de modo preferencial. São eles — dizia o cardeal — os principais protagonistas da desejada construção de nova civilização da verdade e do amor.

Alguns Bispos fizeram notar que em várias regiões há jovens que não conhecem a Igreja e não são atraídos a ela porque não veem nela o “Corpo de Cristo”: nutrem simpatia para com Jesus, mas quase em contraste com a Igreja. Em muitas regiões pesa o grave perigo de uma evangelização insuficiente das novas gerações: entretanto a juventude constitui a parte numericamente maior de muitos povos.

Observou-se também que surgiram movimentos espirituais e apostólicos que atraíram a juventude e que, se bem inseridos na pastoral das Igrejas particulares, abrem novos horizontes para as esperanças.

No documento conclusivo, o Sínodo afirma explicitamente: “O Concílio considera os jovens como esperança da Igreja (cf. GE 2). Este Sínodo dirige-se a eles com predileção e grande confiança: muito espera de sua generosa dedicação; exorta-os imensamente a tomar parte ativa na missão da Igreja, assumindo e promovendo com operosidade dinâmica a herança do Con­cílio”.[[13]](#footnote-13)

Eis um apelo sinodal, que devemos considerar como dirigido particularmente a nós, queridos irmãos, para nós que somos chamados a ser “missionários dos jovens”. Sintamo-nos interpe­lados a nos tornarmos transmissores válidos das riquezas conci­liares à juventude de hoje.

Alarguemos nossos horizontes pastorais e orientemos a aten­ção e os ideais dos jovens para os grandes temas do Vaticano II, assim como o Sínodo os relançou. É necessário que nós por primeiro intuamos e aprofundemos o significado pentecostal do Concílio, para depois transmiti-lo a eles: é a grande órbita do percurso eclesial nos próximos decênios. Na aurora de nova época histórica, o Concílio é a grande profecia da Igreja que, no Espí­rito, se torna Mãe e Mestra de uma nova evangelização da huma­nidade. Não são, estas, apenas palavras altissonantes, mas a grande “graça” dada por Deus ao nosso século para um novo começo cristão.

Estivesse Dom Bosco entre nós, havia de alegrar-se intensa­mente e concentraria toda a sua caridade pastoral, a sua geniali­dade pedagógica e o seu incansável espírito de iniciativa nesta grande empresa eclesial entre os jovens. Somos os herdeiros de sua missão. Ponhamo-nos de boa vontade a realizá-la.

Lembremos as palavras do antigo profeta: “Ele (o Senhor) revigora o extenuado e conforta grandemente quem desfalece. Os jovens se fatigam e cansam, os moços chegam a tropeçar. Mas os que confiam em Javé se revigoram e criam asas como águias, correm sem cansaço e caminham sem fadiga”.[[14]](#footnote-14)

— Quero terminar estas reflexões, voltando o olhar e o coração para a Virgem Auxiliadora, Mãe da Igreja.

O Vaticano II encerrou-se num 8 de dezembro, festa da Imaculada; o Sínodo extraordinário encerra-se também neste 8 de dezembro, no qual lembramos o primeiro aniversário da promul­gação das nossas Constituições renovadas segundo o Vaticano II.

8 de dezembro é data memorável, no primeiro início da nossa missão como em tantas outras iniciativas e dons para a nossa Família.

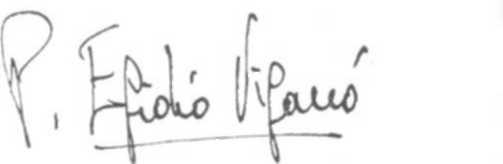
Pois bem: esta carta, pensada e escrita justamente no clima da festa da Imaculada, nos sirva a todos nós para sublinhar o aspecto mariano tanto do Concílio como deste Sínodo e para ver nos respectivos documentos um apelo de Maria, Esposa do Espí­rito Santo e Rainha dos Apóstolos, que nos convida a relançar conciliarmente o carisma de Dom Bosco entre os jovens de hoje, numa Igreja que, à luz da Palavra de Deus e celebrando os mis­térios de Cristo, se insere no mundo para salvá-lo.

Repetimos com o Papa a sua bela oração deste 8 de dezembro na piazza di Spagna: “A ti, ó Mãe, entregamos com imensa con­fiança os frutos e os resultados do Sínodo! Torna eficaz nas almas, mediante a tua intercessão, a mensagem do Sínodo, de modo que possam ser atingidas suas finalidades e a renovação conciliar possa ser redescoberta com lealdade, aprofundada com fidelidade, reali­zada com coragem, apresentada e divulgada com entusiasmo e credibilidade”.[[15]](#footnote-15)

Que essa oração, queridos irmãos, se traduza para todos em ação: os jovens esperam de nós o presente do Concílio!

Uma cordial saudação e um tudo-de-bom para cada um de vós.

Vosso af.mo em Dom Bosco



1. Cf. “Intervenção do Reitor-Mor no Sínodo extraordinário dos Bispos”, in ACG 316, n. 5.2. [↑](#footnote-ref-1)
2. Cf. *Gaudium et Spes*, nota 1. [↑](#footnote-ref-2)
3. Alocução de 11 de outubro de 1962. [↑](#footnote-ref-3)
4. Cf. Rm 16,26. [↑](#footnote-ref-4)
5. *Dei Verbum* 10. [↑](#footnote-ref-5)
6. *Lumen Gentium,* cap. 5º. [↑](#footnote-ref-6)
7. *Lumen Gentium* 31. [↑](#footnote-ref-7)
8. Atos do Conselho Geral, n. 310, outubro-dezembro 1983. [↑](#footnote-ref-8)
9. Relatório final, II, C, 2. [↑](#footnote-ref-9)
10. *Gaudium et Spes* 5. [↑](#footnote-ref-10)
11. Cf. *Evangelii Nuntiandi* 20. [↑](#footnote-ref-11)
12. Constituições 100. [↑](#footnote-ref-12)
13. Relatório final, II, C. 6. [↑](#footnote-ref-13)
14. Is 40,30-31. [↑](#footnote-ref-14)
15. Osservatore Romano, 10 de dezembro de 1985. [↑](#footnote-ref-15)